



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005508-02.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Responsabilidade da Administração**  
 Requerente: **José Roberto Chabaribery**  
 Requerido: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

José Roberto Chabaribery move ação de cancelamento de protesto c/c indenização por danos morais contra o Município de São Carlos. Sustenta que o réu apresentou a protesto, contra o autor, certidões de dívida ativa relativas ao IPTUs de imóvel do qual o embargante, porém, jamais exerceu qualquer direito, porquanto logo após celebrar promessa de compra e venda com o proprietário, houve o distrato, sem tempo hábil para a incidência, nesse intervalo de tempo, de qualquer fato gerador. Sustenta que sequer foi notificado pessoalmente a propósito da intenção da prefeitura municipal de protestá-lo. Seu nome foi negativado. O protesto é indevido. Pede o cancelamento do ato e indenização por danos morais.

Liminar de sustação do protesto concedida.

Contestação em que o réu denuncia à lide o promitente vendedor que, muito tempo após o distrato, induziu o município a transferir o cadastro municipal para o nome do autor, apresentando o compromisso de compra e venda, alega que não agiu com culpa, que não houve danos morais e pede a improcedência.

O autor ofereceu réplica.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

A denunciação da lide deve ser repelida, porquanto não estamos diante de situação real de direito de regresso, e sim de um corresponsável perante o autor que, se agiu com culpa, também poderia ter sido incluído no pólo passivo por iniciativa do demandante, que optou por não fazê-lo. Saliente-se que o acolhimento da denunciação acarretaria ampliação do objeto da cognição judicial, que passaria a examinar também a conduta desse denunciado, para além das falhas administrativas do réu, situação que não se coaduna com o instituto processual em análise.

Independentemente disso, se for o caso o direito regressivo poderá ser exercido por ação autônoma, nos termos do art. 125, § 1º do Código de Processo Civil.

Quanto ao mérito, é procedente a ação.

O autor foi inserido no cadastro imobiliário porque, como vemos no documento que instrui a contestação (fls. 58) e como reconhecido pela própria fazenda pública, o promitente vendedor provocou tal inserção, apresentando o compromisso de compra e venda à prefeitura municipal, anos após o distrato.

O compromisso serviu de base à alteração feita administrativamente.

Ilegal, ao que se extrai dos autos, a conduta da administração tributária.

A Lei Municipal nº 5.495/66, que institui o Código Tributário Municipal de São Carlos, ao tratar da inscrição do cadastro imobiliário, estabelece, no artigo 129:

Artigo 129. A inscrição dos imóveis urbanos no Cadastro Imobiliário será promovida:

I – pelo proprietário ou seu representante legal, ou pelo respectivo possuidor a qualquer título;

II – por qualquer dos condôminos, em se tratando de condomínio;



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

III – pelo compromissário comprador, nos casos de compromisso de compra e venda;

IV – pelo possuidor do imóvel a qualquer título;

V – de ofício, em se tratando de próprio federal, estadual, municipal ou de entidade autárquica, ou ainda, quando a inscrição deixar de ser feita no prazo regulamentar;

VI – pelo inventariante, síndico ou liquidante, quando se tratar de imóvel pertencente a espólio, massa falida ou sociedade em liquidação.

Parágrafo Único – Para os fins previstos neste artigo, os Cartórios de Registro de Imóveis, situados nesta circunscrição, fornecerão à Prefeitura Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias, independente de solicitação, certidões de todos os atos a seu cargo, relativos a registros ou averbações de imóveis, onde constem elementos identificadores do proprietário ou compromissário comprador e do imóvel.

Nota-se, pelo dispositivo acima transcrito, com destaque ao inciso III, que a lei municipal não contempla a inscrição, pura e simples, efetivada a partir de provocação do compromissário vendedor.

Foi providente o legislador, que, pelo que nos parece, nos casos de inscrição que não se faça de ofício, atribuiu a legitimidade para promovê-la apenas aqueles cuja esfera jurídica seria negativamente atingida, com a sua qualificação como contribuintes.

No caso do compromisso de compra e venda, em particular, a lei foi expressa: somente o promitente comprador pode provocar a inscrição. Pode-se afirmar até que a norma, prudencialmente, antecipou a possibilidade de um promitente vendedor dolosamente valer-se de um compromisso não mais eficaz para se livrar de suas responsabilidades tributárias em detrimento de terceiro.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Talvez se cogitasse de, no caso, efetivar-se a inscrição de ofício, agindo o promitente vendedor como simples "denunciante", mas nesse caso é evidente que deve haver alguma sorte de procedimento prévio que possibilite ao promitente comprador o exercício do contraditório e da ampla defesa, para demonstrar que não é contribuinte.

Se tais cautelas legais e prudenciais tivessem sido observadas pela prefeitura municipal, poderia ter evitado o problema que aqui se deu, no qual no ano 2.000 o promitente vendedor, para iludir a administração tributária, apresentou a esta compromisso de compra e venda distratado em 1.996, a fim de que se promovessem as alterações no cadastro municipal, causando dano ao autor.

Não fosse o suficiente, cabe lembrar na sequência que, pela Súmula 399 do Superior Tribunal de Justiça, cabe à legislação municipal estabelecer o sujeito passivo do IPTU.

Em São Carlos, no mesmo diploma legal acima mencionado, ao cuidar do lançamento e da arrecadação do imposto territorial urbano, dispôs-se, em relação ao sujeito passivo da relação tributária, no artigo 157, § 6º, o seguinte: "No caso de terreno objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento será feito em nome do promitente vendedor e do compromissário comprador, se este estiver na posse do terreno".

Ora, na situação *sub judice*, para que o lançamento fosse efetivado em nome do autor, haveria a necessidade de se apurar – mesmo que no ato prévio de inscrição imobiliária - se ele estava na posse do terreno, porque essa situação é necessária para a sua sujeição passiva.

Não efetivou essa apuração, o que também constitui desvio aos parâmetros legais.

Ao final, houve ainda falha na atuação administrativa no procedimento prévio ao protesto da certidão de dívida ativa.

Com efeito, a Instrução Normativa SMF nº 002/2015, editada pelo Secretário Municipal da Fazenda, fls. 22/23, em seu artigo 3º, prevê:

Artigo 3º. O protesto será precedido de notificação pessoal, sempre que



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

possível, ou por carta com aviso de recebimento, datado e firmado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio, no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Será notificado por edital, publicado no Diário Oficial do Município com o prazo de 30 (trinta) dias, se desconhecido o domicílio fiscal do notificado ou se frustradas as tentativas anteriores, sendo que o não atendimento da mesma a CDA será remetida ao Cartório competente."

Notamos que a regulamentação administrativa estabelece de modo expreso que, antes de apontado a protesto, deve haver a notificação pessoal e, caso negativo, por edital, do contribuinte.

Esse procedimento prévio, ao contrário do que constou às fls. 116, há de se dar no âmbito administrativo da própria prefeitura e não tem relação alguma com o que depois ocorre no cartório extrajudicial, tanto que a norma menciona que a notificação por edital se dá por meio do "Diário Oficial do Município" e que após esses procedimentos é que a CDA é "remetida ao cartório competente".

A norma interna deveria ter sido observada, mesmo porque serve aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

Firma-se a premissa de que efetivamente houve falhas administrativas que guardam nexo de causalidade com o protesto indevido.

Segundo a jurisprudência, na hipótese específica de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral se configura in re ipsa, prescindindo de prova (STJ: AgRg no AREsp 628.620/SP, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, 3ªT, j. 16/04/2015; AgRg no AREsp 501.533/DF, Rel. Min. SIDNEI BENETI, 3ªT, j. 27/05/2014; REsp 1059663/MS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, 3ªT, j. 02/12/2008).

Sendo assim, há dano moral no caso, cuja indenização, segundo critérios de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

razoabilidade e parâmetros jurisprudenciais, é fixada em R\$ 10.000,00.

Julgo procedente a ação para, confirmada a liminar, cancelar definitivamente os protestos e condenar o réu a pagar ao autor R\$ 10.000,00, com atualização monetária pela Tabela do TJSP para Débitos da Fazenda Pública - Modulada, desde a presente data, e juros moratórios pelos mesmos índices da caderneta de poupança, a efetivação do primeiro protesto. Condeno-o, ainda, em honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor da condenação.

P.I.

São Carlos, 30 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**